

ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA AMERICANA: CAMPESINATO, BIODIVERSIDADE E AGROECOLOGIA NO CERRADO MINEIRO

*Igor Simoni Homem de Carvalho*¹
*Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco*²

Resumo: Este artigo retrata a experiência do Assentamento Agroextrativista Americana (Grão Mogol-MG): seus antecedentes históricos, sua concepção e sua implantação. Fruto da luta pela terra e pelo reconhecimento identitário do povo tradicional Geraizeiro, o Assentamento foi criado com apoio de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). A proposta inclui cultivos e criações em sistemas agroecológicos e o aproveitamento sustentável da biodiversidade nativa (ou seja, o extrativismo de frutos, plantas medicinais etc.), o que requer a manutenção de cerca de 68% da vegetação de Cerrado existente na área. A implementação da proposta mostra-se de grande complexidade, devido às diferentes origens e situações social, econômica e cultural das famílias assentadas. Um grupo organizado dentro do Assentamento – o Grupo Agroextrativista do Cerrado – vem demonstrando a viabilidade da proposta, almejando expandi-la e replicá-la para outras comunidades do Cerrado brasileiro.

Palavras-chave: Assentamento de Reforma Agrária; Agroextrativismo; Cerrado; Agroecologia.

¹ *Professor Assistente de Agroecologia e Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

² *Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)*

Abstract: This article shows the experience of Americana Agroextractivist Land Reform Settlement (Grão Mogol, Minas Gerais, Brazil): its historical antecedents, its conception and implantation. Result from the struggle for land and identity recognition, the settlement was created with the support of organizations as *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) and *Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas* (CAA-NM). The proposal includes cultivations and breeding in agroecological systems and the sustainable use of native biodiversity (non-timber forest products), which requires maintaining about 68% of the native Cerrado vegetation in the area. The implementation of the proposal shows up as of great complexity, due to different origin and social, economic and cultural situation of settled families. An organizes group inside the settlement – the *Grupo Agroextrativista do Cerrado* – is showing the proposal viability, aiming expand it to others communities of Brazilian Cerrado.

Keywords: Land Reform Settlement; Non-Timber Forest Products; Cerrado (Brazilian savanna); Agroecology.

Introdução

Este artigo³ busca retratar a experiência do Assentamento Agroextrativista Americana, localizado no município de Grão Mogol, meso-região Norte de Minas, estado de Minas Gerais. Implantado em 2001, este assentamento foi concebido com base na agroecologia, no extrativismo⁴ e no modo de vida e produção das populações tradicionais do Cerrado norte-mineiro, denominadas Geraizeiras. As famílias assentadas vêm trabalhando, em maior ou menor grau, com a proposta original do assentamento, vivenciando situações ora favoráveis, ora desfavoráveis à sua implementação. As experiências desenvolvidas pelas famílias, coletivamente ou individualmente, são capazes de oferecer elementos para uma discussão mais ampla sobre formas de ocupação dos ecossistemas do bioma Cerrado.

³ Artigo baseado na tese “*Campeinato e biodiversidade no Cerrado: um estudo sobre o Assentamento Americana (Grão Mogol-MG) à luz da agroecologia*”, defendida em 2013 no Programa de Interdisciplinar de Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas.

⁴ O termo “extrativismo” se refere à coleta, em pequena escala, de produtos da biodiversidade nativa. O modo de produção que concilia agricultura e extrativismo denomina-se “agroextrativismo”.

Mesmo fazendo parte da política pública convencional de criação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, operacionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Assentamento Americana foi concebido e criado no contexto do trabalho do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), organização que atua em prol da agroecologia e dos camponeses do Norte de Minas desde meados da década de 1980. O objetivo central deste artigo é retratar a concepção e implantação do Assentamento Americana, e das práticas agropecuárias e extrativistas desenvolvidas pelas famílias assentadas.

Modernização conservadora no Norte de Minas e a luta territorial e identitáriados Geraizeiros

As populações camponesas do Norte de Minas têm origem na fusão dos indígenas, habitantes originais da região, com negros e brancos que começaram a chegar a partir do século XVII, inseridos no processo de colonização estimulado pela busca por metais preciosos – bandeirantes que vinham de São Paulo – e pela ocupação das extensas pastagens nativas por criadores de gado vindos do Nordeste (RIBEIRO, 2005).

No processo de formação sócio-econômica da região, ao mesmo tempo em que houve uma apropriação desigual do território, gerando a formação de enormes latifúndios, houve também a ocupação de grandes extensões com base em um sistema de uso da terra subjacente à diversidade cultural e ambiental da região. Na metade sul de Minas Gerais, os primeiros núcleos populacionais se formaram em torno das minas de ouro, adquirindo rapidamente importância política e econômica, e guardando ainda relativa proximidade do litoral. Já a metade norte do Estado se configurava em um sertão “longínquo e inculto”, terras a perder de vista, salpicadas de povoados que tinham, no gado, sua principal riqueza – era a formação dos “Gerais”, em contraposição às “Minas”. Assim, a população norte-mineira é portadora de uma identidade cultural própria, estreitamente vinculada ao “sertão” (PORTO-GONÇALVES, 2000).

Os sistemas produtivos indígenas formaram a base alimentar da região: o cultivo de mandioca, milho, feijão, abóbora, abacaxi, a coleta de espécies não cultivadas, a caça, a pesca. Tanto europeus quanto negros também contribuíram com práticas e conhecimentos, como, por exemplo, a criação de gado, porco e galinha, e o cultivo de espécies oriundas de outros continentes. Na verdade, a colonização promoveu um intercâmbio

agrícola a nível mundial, sendo incorporados à agricultura do Brasil cultivos como: cana, banana e arroz, originários do sudeste asiático; pimenta, abacate e algodão, da meso-américa; espécies e variedades de feijão de diferentes partes do globo; frutíferas tropicais como manga e café; e ainda hortaliças e legumes variados. A biodiversidade nativa também sempre forneceu produtos fundamentais para as estratégias de alimentação, abrigo, medicina, forragem para animais (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009).

Ao longo de três séculos, os camponeses dos cerrados norte-mineiros ocuparam seus diversos ecossistemas, desenvolvendo agroecossistemas complexos, frutos de uma interação histórica com a natureza, da experimentação, da construção e da co-evolução de suas práticas de transformação do meio (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2009). Estas comunidades aprenderam a produzir e extrair da natureza a maior parte daquilo que necessitavam, utilizando tecnologias simples e conhecimentos sobre o ambiente que habitavam, muitos deles herdados dos indígenas, e “nos legaram, até anos recentes, uma paisagem onde as funções ecológicas dos seus ecossistemas permaneciam praticamente intactas, fruto de um processo histórico de co-evolução social e ambiental” (DAYRELL, 1998, p.190).

Às populações que ocupam as áreas de Cerrado do Norte de Minas, ou seja, os “Gerais”, dá-se o nome de geraizeiras, ou também geralistas (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009). O trabalho de Dayrell (1998) estabelece um marco da identificação da cultura geraizeira, sob os enfoques da agroecologia e da etnoecologia. Subsidiariamente, o trabalho de Ribeiro (2005) ajudou a compreender a história e a cultura desse povo do Cerrado mineiro. Mais recentemente, o esforço etnográfico empreendido por Nogueira (2009) dá aos Geraizeiros o *status* de “um grupo culturalmente particular e vinculado ao Cerrado de maneira especial e politicamente relevante” (NOGUEIRA, 2009, p.8). A autora identifica seus hábitos e práticas tradicionais, re-significados a partir da confrontação ante a invasão de seus territórios pelo monocultivo de eucalipto, e ante a entrada de novos atores (como a academia) e conceitos (como o de “população tradicional”) em seu “*mundus*”. Para ela, “a adesão à categoria populações tradicionais tem propiciado aos Geraizeiros uma experiência de crescente auto-respeito, valorização e intensificação cultural” (NOGUEIRA, 2009, p.197).

Dentre as práticas agrícolas tradicionais dos Geraizeiros está o cultivo

em pousio, análogo aos sistemas milenares de roça-de-toco, coivara ou derrubada-e-queima (RIBEIRO, 2005). A paisagem local ficava formada por um “mosaico produtivo”, composto por roças novas, roças velhas e áreas de pousio (NOGUEIRA, 2009). Tal sistema permitia a recuperação dos solos e, enquanto havia terras disponíveis, era sustentável (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009). Este sistema era factível até o início da década de 1970, quando as terras ainda eram soltas e comportavam o crescimento das famílias. Atualmente, entretanto, a disponibilidade de terras é pequena, e o uso do fogo seguidamente em uma mesma área de cultivo provoca o empobrecimento do solo (DAYRELL, 1998).

Os Geraizeiros tinham disponíveis, para os cultivos, variedades agrícolas locais (crioulas), selecionadas por gerações e adaptadas às condições ambientais específicas – clima, micro-clima, tipo de solo – e a outras características, como sabor e tamanho. Enquanto os cultivos anuais são feitos nas “roças”, as espécies arbóreas são plantadas próximas aos quintais, formando o que se chama de pomar ou “chácara”. Mas, outra característica da agricultura geraizeira é justamente o plantio “misturado”, onde espécies anuais e perenes, arbustivas e arbóreas, são plantadas em um mesmo espaço. É no “terreiro”, ao redor da casa, que são instaladas as “criações miúdas”, especialmente suínos e aves, e eventualmente caprinos e ovinos. Numa casa tradicional geraizeira, no terreiro se encontram também engenho, forno de barro, monjolo, tenda de farinha, pilão e “escaroçador” (pequeno engenho para extração da garapa de cana). O quintal se completa ainda com canteiros para hortaliças e plantas medicinais, além das plantas ornamentais ao redor da casa. Próximo da casa também está o curral e a “manga”, área cercada pequena destinada aos cuidados com vacas paridas e bezerros e à guarda do gado e de equinos (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2009).

A unidade produtiva geraizeira típica é então constituída por: terreiro, chácara, roças e mangas. De forma complementar, estão as áreas de uso comum, utilizadas para solta de animais, extrativismo, caça e pesca. Muitos Geraizeiros relatam o costume da pesca feita em armadilhas herdadas dos indígenas, que capturavam, por exemplo, piaba, traíra, bagre. A caça era constituída por tatus, veados e aves diversas. Tanto a pesca quanto a caça são hoje raras, devido à diminuição dos recursos hídricos e dos animais. O uso de áreas de chapada, para extrativismo e solta do gado, é um elemento marcante na identidade geraizeira. Vale aqui mencionar que, tanto para o uso de áreas comuns, quanto para as áreas de roça, haviam acordos

(dinâmicos e informais) que estabeleciam os limites de uso, direitos e deveres de cada família (NOGUEIRA, 2009).

As populações geraizeiras não viviam totalmente isoladas: comercializavam excedentes nas feiras das cidades e povoados mais próximos, e dependiam de alguns recursos que não podiam produzir, como o sal. O espaço de troca e convivência dessas feiras foi, historicamente, essencial no estabelecimento de relações de alteridade, de solidariedade e de socialização com outras comunidades, estabelecendo os nexos identitários dos Geraizeiros (DAYRELL, 1998).

Assim, a economia geraizeirasempre desempenhou papel fundamental nas auto-suficiências locais, e também na dinâmica econômica regional, apesar de sua invisibilidade. Entretanto, apartir da década de 1960, a economia e o modo de vida tradicional dos Geraizeiros foram bruscamente impactados pelo processo de modernização conservadora, com a apropriação das terras públicas pelo capital privado ancorado nos incentivos governamentais. As extensas chapadas, aparentemente “inabitadas”, foram tomadas por monoculturas de eucalipto, causando o “encurralamento” dos Geraizeiros nos vales. Ficou comprometida, assim, sua reprodução sócio-econômica, ao perderem suas áreas de solta de gado e de coleta de frutos, plantas medicinais, lenha e madeira (DAYRELL, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2000; RIBEIRO, 2005; MAZZETTO-SILVA, 2009).

O carvão das monoculturas de eucalipto abastece os altos-fornos da indústria siderúrgica mineira, resultando em exportações e lucros para poucas empresas e gerando um número reduzido de empregos, que não compensa os impactos sociais e ambientais negativos. Atribui-se à monocultura do eucalipto impactos como: diminuição dos recursos hídricos (secamento e assoreamento de nascentes, córregos, rios, brejos e lagoas, rebaixamento do lençol freático); degradação dos solos e de outros serviços ecossistêmicos; contaminação por agrotóxicos; diminuição da agrobiodiversidade desenvolvida e cultivada secularmente, e a erosão da biodiversidade nativa; aprofundamento das desigualdades sociais e êxodo rural (DAYRELL, 1998; MAZZETTO-SILVA, 2009).

As populações camponesas do Cerrado não somente foram *excluídas* deste processo de “desenvolvimento”; foram *prejudicadas* pelo mesmo, expropriadas de suas terras, lançadas ao êxodo rural e tendo agravada sua pobreza material. Com o domínio dos recursos naturais pelo grande capital, apoiado pelos poderes públicos, ficou cada vez mais difícil o acesso à água, aos solos agricultáveis, às pastagens, às frutas nativas e

à lenha, comprometendo assim sua reprodução sócio-cultural e criando bolsões de miséria e insegurança alimentar em todas as regiões do Cerrado (MAZZETTO-SILVA, 2009). Segundo Porto-Gonçalves (2000), até meados da década de 1970, o Norte de Minas era uma região auto-suficiente em alimentos, sendo hoje abastecido em grande parte por alimentos produzidos em larga escala em outras regiões.

Com o fim da ditadura, (re)inicia-se a organização do campesinato nortemineiro, especialmente fomentada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Outros atores sociais, como segmentos da sociedade civil e o próprio Estado, também nesse momento adentravam o campo sócio-político nortemineiro (NOGUEIRA, 2009). A reflexão e a organização propiciadas pelas CEBs estimularam a fundação de associações comunitárias e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), e a participação nos que já existiam. Assim, foi iniciado o movimento de resistência geraizeira, apoiando-se nas relações sociais já existentes (redes comunitárias, de vizinhança e parentesco) e nestes atores sociais recém-ingressos na conjuntura regional. O processo de afirmação e re-significação identitária geraizeira está estreitamente vinculado ao início de uma luta mais organizada pela terra na região, consequência direta da invasão da monocultura de eucalipto aos territórios tradicionalmente ocupados.

Em 1984, chega ao Norte de Minas o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), através da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), ONG fundada em 1961. O PTA era uma contribuição às regiões que iniciavam um processo organizado de questionamento e de busca de alternativas aos impactos provocados pela chamada “revolução verde” (DAYRELL, SANTA ROSA, 2006). Em 1990, o corpo técnico central do PTA, sediado no Rio de Janeiro, se desvinculou formalmente da FASE, tornando-se a ONG AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa). Os PTAs descentralizados também se tornaram instituições independentes, como, por exemplo, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), com sede em Viçosa-MG, e o CTA de Mato Grosso sediado em Cáceres. Em Montes Claros, foi fundado o CTA-NM, que logo mudaria de nome para se tornar o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).

Desde o princípio, o trabalho do CAA-NM teve, como foco central, a difusão de tecnologias, experimentações e debates em “agricultura alternativa”, que mais tarde seria consolidada sob a denominação de agroecologia. Profissionais de diferentes formações – especialmente das

ciências agrárias e sociais – realizavam cursos e visitas de campo aos agricultores da região, difundindo práticas de conservação dos solos, produção de defensivos caseiros etc. Buscavam também debater questões mais amplas, como a luta pela terra e questões políticas, econômicas, culturais e ambientais (DAYRELL, SANTA ROSA, 2006; NOGUEIRA, 2009).

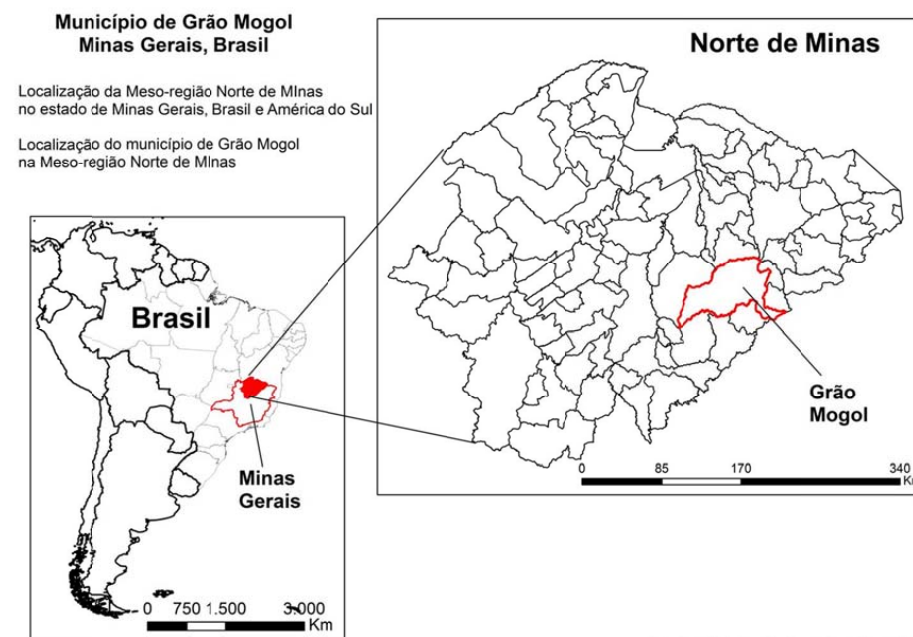
Captando recursos de parceiros em nível nacional e internacional, o CAA-NM passou a atuar em prol dos camponeses norte-mineiros, incluindo: assessoria técnica em agroecologia; valorização de suas culturas tradicionais; estímulo a sua participação política; e apoio à luta pela (re) conquista do acesso à terra, água e biodiversidade. A luta pela (re) conquista da terra logrou a criação, em 1994, do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras, o “Assentamento Tapera”, em Riacho dos Machados; e do Assentamento Americana, em 2001.

Histórico do Assentamento Agroextrativista Americana

Inseridos no contexto de formação social, econômica e cultural do Norte de Minas, a micro-região de Grão Mogol era, até os anos 1960, predominantemente camponesa. A estrutura de que dispunham era precária – transportes, escolas etc. – mas a disponibilidade de recursos naturais era alta – terra, água, vegetação nativa. As famílias que aí viviam plantavam roça, criavam gado, e aproveitavam as frutas nativas. Existiam também grandes fazendas, mas boa parte da terra era de uso comum, sem um controle rígido por seus proprietários. A área hoje ocupada pelo Assentamento Americana abrigou a formação de diversas comunidades rurais, como o Sapé, o Miguel e a Boa Vista. Até hoje, a maioria das localidades recebe seus antigos nomes.

Figura 1. Localização da meso-região Norte de Minas e do município de Grão Mogol.

Autor: Igor S.H. de Carvalho



Fonte: IBGE

Nos anos 1970, foi iniciada a produção de carvão vegetal e o plantio massivo de eucalipto em Grão Mogol e municípios vizinhos, gerando as conseqüências já enunciadas. Dentre as fazendas de produção de carvão, estava a “Fazenda Americana”, que foi formada em meados de 1974 por meio da aquisição de terras⁵ pela empresa Florestas Rio Doce, extinta subsidiária da antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Diferentemente de outras fazendas da empresa na região, adquiridas na mesma época, e nas quais foi implantado o plantio de eucalipto e *Pinus* em larga escala, na Fazenda Americana a produção de carvão foi realizada com base na extração de madeira nativa. Para tanto, eram utilizados machados e motosserras. A partir de 1990, a Fazenda Americana foi praticamente abandonada: os fornos foram desativados e os equipamentos foram desmontados. Informalmente, a Fazenda passou a ser utilizada para

⁵ Compradas a baixo preço de moradores tradicionais da região. Grande parte destas terras foi posteriormente regularizada pelo Senado Federal.

solta de gado de moradores vizinhos.

Em 1995, a CVRD é inserida no Programa Nacional de Desestatização do governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo privatizada em 1997 e adotando o nome fantasia “Vale”. Em 1998, a Vale anuncia o leilão de 17 imóveis no município de Grão Mogol, dentre eles, a Fazenda Americana. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Grão Mogol reivindica então a criação de um assentamento de reforma agrária, organizando uma assembleia à qual compareceram quase 400 trabalhadores. Técnicos do Incra fizeram uma pré-vistoria na área, alegando ser esta desfavorável à criação de um assentamento, devido à má qualidade dos solos e a carência de águas superficiais. A conjuntura apresentava-se desfavorável também por outros dois fatores: um ofício encaminhado pelo Prefeito de Grão Mogol ao Incra, alegando não existirem “sem-terras” no município; e uma articulação, simultânea, da ONG conservacionista AMDA (Associação Mineira de Defesa do Ambiente) junto ao IEF, para a incorporação da área da Fazenda no recém-criado Parque Estadual de Grão Mogol.

O STR de Grão Mogol, no entanto, apostava na viabilidade da criação do assentamento na área, e passou a pressionar o Incra para a realização de uma vistoria mais criteriosa com a emissão de um laudo. Como já tinham conhecimento do trabalho do CAA-NM, acionaram esta organização para contribuir nessa vistoria. Em setembro de 1999, foi emitido, internamente ao Incra, o laudo favorável à criação do assentamento americana, desde que este fosse implantado com base no agroextrativismo, no modo de vida geraizeiro e na agroecologia (DAYRELL, LACERDA, 1999). Em 1999 foi realizada a desapropriação da fazenda Americana. Em 2000 foram realizadas ações com o objetivo de apressar a implantação do assentamento: uma manifestação na sede do Incra em Belo Horizonte; e a ocupação da própria fazenda Americana, iniciada em 06/09/2000 com o apoio do STR de Grão Mogol, do CAA-NM, da CPT e da Fetaemg. Em 02/05/2001, finalmente, foi liberada a imissão de posse, e o assentamento Americana estava oficialmente criado.

Dentre as famílias assentadas, algumas já estavam envolvidas no trabalho do CAA-NM desde antes da implantação do Assentamento, enquanto outras não; algumas são oriundas das proximidades do Assentamento, sendo consideradas parte do grupo camponês tradicional chamado “Geraizeiro”, enquanto outras têm origem em outras localidades da região. Dessa forma, existe, dentre as famílias assentadas, uma diversidade de origens, perspectivas de vida e formas de trabalho. As famílias assentadas que já desenvolviam trabalhos junto ao CAA-NM vêm

desempenhando um papel de liderança nos trabalhos em agroecologia e manejo do Cerrado. Estas famílias fundaram, em 2006, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Grupo Agroextrativista do Cerrado (GAC), que conta hoje com 12 famílias associadas. A pesquisa de campo do presente estudo foi realizada com estas 12 famílias, e também com outras 25 famílias que não pertencem ao GAC.

O assentamento Americana tem, em sua origem e concepção, uma proposta diferenciada, “baseada no desenvolvimento de atividades que garantam a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade econômica do assentado (...) (e) bastante diferente das desenvolvidas em projetos de assentamento no Norte de Minas Gerais, podendo vir a se constituir no futuro em um novo modelo de reforma agrária na região, mais ajustado a realidade local” (CAA-NM, UFMG, 2002, p.7).

Os primeiros anos após a criação oficial do assentamento Americana foram caracterizados pela progressiva ocupação e organização das famílias na área, que contava com estrutura precária. Inicialmente, um grupo de famílias ocupou a área da Lagoa Nova, transferindo-se depois para a antiga sede da fazenda, na Boa Vista. Tiveram aí o apoio de grupos que já haviam passado ou estavam passando por processos semelhantes, como os acampados da fazenda Rocinha (Bocaiúva-MG) e os assentados do PA Betânia e do PA Tapera. Receberam apoio também da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e do Exército, que forneceram, respectivamente, cestas básicas e água.

Este grupo de famílias era diverso, pois contava com famílias oriundas de diferentes localidades do Norte de Minas e que vivenciavam distintas situações de vida. O grupo também era dinâmico: ao longo destes anos iniciais, foi recebendo a adesão de novos membros, e perdendo outros.

Em 2002, 70 famílias foram legitimadas no assentamento Americana, tendo sido também fundada a Associação dos Assentados da Fazenda Americana e iniciada a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), pelo CAA-NM junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a profissionais de outras instituições. Na elaboração do PDA do Assentamento Americana, houve a oportunidade de aprofundar no conhecimento da área, verificando seus potenciais de uso, recolhendo mais depoimentos de moradores locais e realizando o pré-parcelamento dos lotes. Em finais de 2002, a assembleia da Associação aprovou o PDA e deliberou o Regimento Interno do Assentamento. Em 2004, foi concedida a Licença de Instalação (LI) do assentamento Americana.

Concepção do Assentamento Agroextrativista Americana

O Assentamento Americana abriga uma proposta diferenciada de Assentamento Rural de Reforma Agrária, na qual a viabilidade econômica e ambiental passa pelo agroextrativismo, ou seja, pela complementaridade entre atividades agro-pastoris e o uso da biodiversidade nativa. Tal proposta tem sido utilizada em outras comunidades geraizeiras do Norte de Minas, sendo adaptada ao contexto de cada uma e às características ambientais locais. Dentre estas comunidades estão: o assentamento Tapera, criado em 1994, mas cujo processo de luta pela terra data dos anos 1980; e o Assentamento Vereda Funda, em processo de recuperação de seu território desde 2003.

É importante mencionar que, apesar de existir um marco legal para a criação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs) (BRASIL, 1987) esta categoria não é oficialmente reconhecida na Superintendência Regional 06 (SR-06) do Inra de Minas Gerais. Funcionários desta Superintendência, que concederam entrevistas, reconhecem a proposta diferenciada e agroextrativista dos assentamentos Americana, Tapera e outros do Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha; contudo, todos estes são, oficialmente, Projetos de Assentamento (PAs) convencionais.

Tal proposta tomou como base o modo de vida Geraizeiro, investigando o uso da terra historicamente praticado na área do assentamento e suas redondezas, e identificando as diferentes potencialidades de cada ambiente, dos tipos de solo e da biodiversidade nativa. A normatização das recomendações do PDA está no Regimento Interno da Associação, que regula a “gestão, uso e ocupação dos lotes familiares, das áreas coletivas de manejo extrativista e Reserva Legal”, instituindo normas para o trabalho nos lotes, tais quais: obedecer critérios de conservação dos solos e curvas de nível; não usar o fogo (exceto em queimadas controladas quando necessárias); não utilizar adubos químicos nem agrotóxicos; não realizar gradagens ou arações em áreas como brejos ou nascentes; produzir carvão somente no aproveitamento da lenha oriunda das roças e pastos.

O PDA e o Regimento Interno estabelecem divisões na área do assentamento Americana, sendo cada uma correspondendo a diferentes usos. De seus 18.922 hectares, 24,5% (4.629 ha) é destinado à Reserva Legal, 33,3% (6.308 ha) aos lotes e os outros 42,2% (7.985 ha) correspondem à Área de Manejo Extrativista (AME), de uso coletivo (Figura 2). São 76 lotes, com tamanhos que variam entre 47 e 164 hectares, sendo a média de

78 hectares.

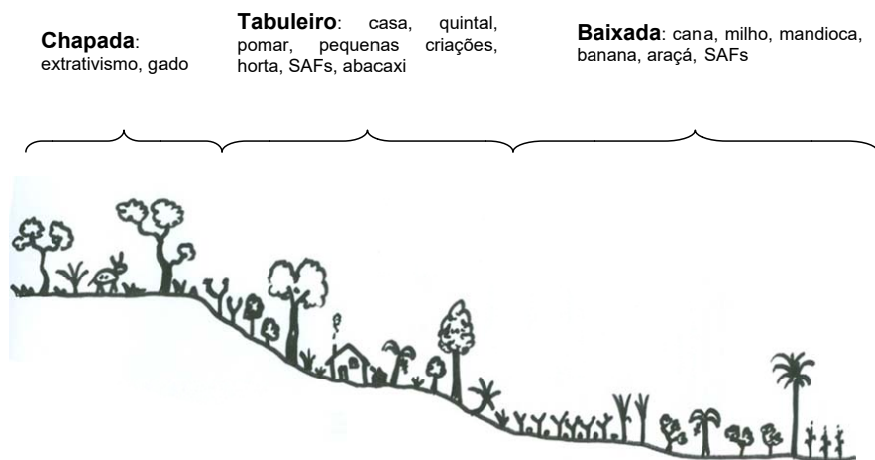
As Áreas de Manejo Extrativista são destinadas a: solta de gado, obedecendo a capacidade de suporte; coleta de frutos, plantas medicinais e lenha seca, e captura de abelhas para criação; e extração seletiva de madeira, sob a supervisão da diretoria da associação, e somente para uso interno. Estas áreas correspondem a quase metade do assentamento – quase oito mil hectares, correspondendo a 105 ha por família. Seu uso deve ser organizado coletivamente, mas até o momento somente algumas famílias têm debatido uma proposta de uso coletivo da parte que lhes cabe.

Figura 2. Divisões do Assentamento Americana: Reserva Legal (preto), Área de Manejo Extrativista (cinza) e lotes (branco); e os nomes pelos quais são conhecidas as localidades do interior e entorno do Assentamento. Autor: Igor SHC. Fontes: Inra SR-06 e dados da pesquisa.



No processo de elaboração do PDA, buscou-se reconhecer os ambientes, as unidades da paisagem, os ecossistemas, a flora e a fauna local, com grande contribuição dos Geraizeiros da região. Assim, a divisão dos lotes foi feita de forma que cada lote contemplasse as três principais unidades paisagísticas dentro das quais o PDA e o Regimento Interno recomendam usos específicos. As três unidades básicas da paisagem de cada lote são baixada, tabuleiro e chapada (Figura 3). A chapada é utilizada principalmente para solta de gado e extrativismo, sendo as áreas de tabuleiro e baixada destinadas aos cultivos – alguns deles estão melhor adaptados a um ou ao outro ambiente, mas muitos podem ser cultivados nos dois.

Figura 3. Visualização, em perfil, dos três principais ambientes presentes em cada lote do Assentamento Americana (figura meramente ilustrativa, não obedece às proporções reais). Autor: Igor SHC. Adaptado de CAA-NM & UFMG (2002).



A baixada, chamada também de baixa ou vazante, possui solo mais fértil, que viabiliza a produção de culturas mais exigentes, como milho, cana e capins de corte (capineiras). Aí também se planta mandioca, feijão, banana e abacaxi. Em alguns lotes, onde as áreas de baixada são mais úmidas ou encharcadas, algumas famílias cultivam arroz, mas vêm tendo dificuldades por causa do ataque de passarinhos e capivaras, e pela degradação causada aos brejos. Mesmo assim, pode ser viável a produção de variedades de arroz de sequeiro em alguns lotes.

Nas baixadas se encontram espécies nativas como o araçá, o maracujá-

nativo, a pindaíba e a aroeirinha. Brejos, várzeas, córregos e matas de galeria são também encontradas nas áreas de baixada de alguns lotes. Utiliza-se também a denominação “vereda” para estas áreas. O manejo agrícola nas baixadas deve ser especialmente cuidadoso, evitando-se o uso de máquinas pesadas e mesmo a solta do gado. Além das APPs (faixas de 30m de vegetação nas margens de nascentes, brejos, córregos e lagoas), o Regimento Interno recomenda deixar faixas de 30 a 50m de largura entre a baixada e o tabuleiro.

O tabuleiro é a “encosta” que liga a baixada à chapada, com Relevo Suave Ondulado, (declividade geralmente menor que 10%). É onde se instala a casa, o quintal, o pomar, a horta, as criações de pequenos animais (galinha, porco, cabras), o curral e a “manga” (área plantada com capim braquiária para tratamento de vacas paridas, bezerros e animais de carga). Os solos do tabuleiro (latossolos vermelho-amarelo distróficos de textura média) são apropriados para muitos cultivos: abacaxi, andu, urucum, mandioca, feijão etc. Espécies nativas comumente encontradas aí são angico, pequi, sucupira e embiruçu.

A chapada corresponde à maior parte de cada lote. É a parte alta do terreno, sendo em geral plana ou com declive muito suave. Os solos da chapada, apesar de também serem classificados como “latossolos vermelho-amarelo”, são diferenciados dos tabuleiros no uso agrícola. Os Geraizeiros, tradicionalmente, usam a chapada para o extrativismo de frutas, plantas medicinais, lenha e madeira e para a solta do gado, que aí aproveita sua forragem nativa. Os solos são considerados fracos, e pouco aptos para o plantio da maioria dos cultivos. Em alguns lotes, há áreas de declive acentuado com presença marcante de cascalho, onde também sobrevivem diversas espécies do Cerrado, inclusive capins. A aplicação de calcário nas áreas de chapada corrige a elevada acidez dos solos, possibilitando o desenvolvimento de cultivos.

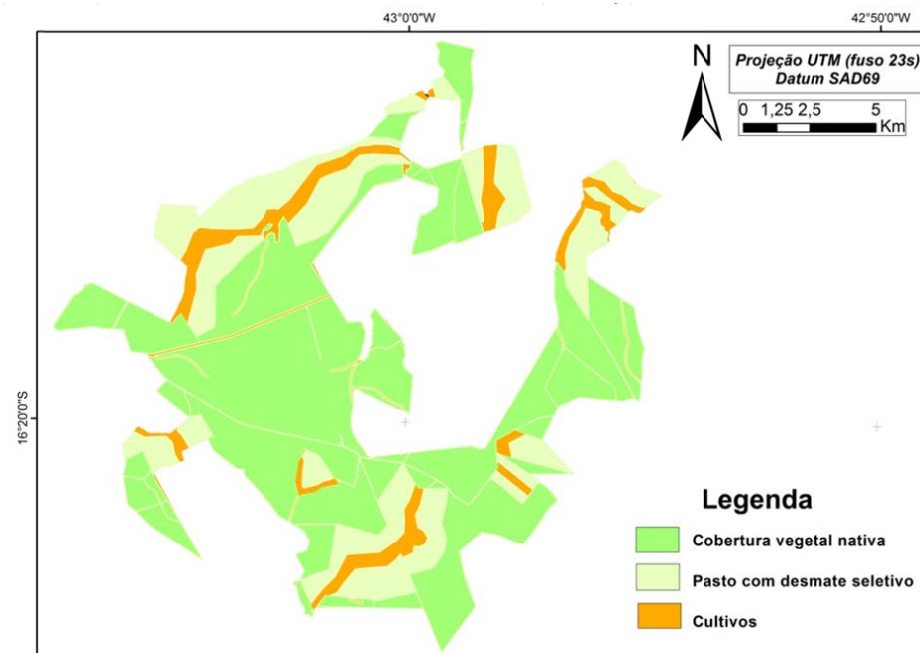
A chapada é considerada também a “caixa d’água” do Cerrado, pois é nela que infiltra a maior parte da água das chuvas, contribuindo para a manutenção e recuperação do lençol freático, de nascentes, rios, córregos e lagoas. As áreas de chapada correspondem à maior parte do Assentamento Americana, sendo cobertas principalmente por cerrado *sensu stricto*, campo sujo e cerradão. Nela se encontram diversas espécies nativas: barbatimão, cagaíta, jatobá, pau-santo, pequi, rufão, tingui, vinhático.

Cada lote tem, em média, 78,14ha, mas a variação de tamanho entre os lotes é bastante grande: o menor possui 47ha, enquanto o maior tem 165ha.

O parcelamento do Assentamento procurou deixar, para cada lote, cerca de 6ha de área de baixada; os que ficaram com menos área de baixada, foram compensados com um tamanho total maior. Cada família assentada tem direito ainda a 105ha das áreas de Manejo Extrativista, que, em geral, correspondem ao ambiente de chapada. Assim, os lotes do assentamento Americana, bem como seu tamanho total, são muito maiores do que a média verificada para os Assentamentos do Norte de Minas, e do Cerrado como um todo. Para se ter um parâmetro, em Minas Gerais, cada lote dos Assentamentos de Reforma Agrária tem, em média, 32,21 hectares (IBGE, 2006).

O Regimento Interno da Associação do Assentamento recomenda deixar, no interior dos lotes, faixas de vegetação nativa de 10m de largura, em curvas de nível, a cada 70 ou 100m nas áreas de chapada, de 30 a 50m de largura entre o tabuleiro e a baixada e de 50m na divisa de um lote com o outro, totalizando cerca de 30% de área preservada em cada lote. Estas faixas formam corredores ecológicos, permitindo o fluxo genético de espécies nativas e contribuindo à conservação da biodiversidade e ao equilíbrio dos ecossistemas. Considerando a preservação destes 30% de cada lote, mais as áreas de Reserva Legal e de Manejo Extrativista, seriam 14.506,46 ha (76,66% da área do Assentamento) a ser mantida com vegetação nativa (Figura 4).

Figura 4. Cenário da paisagem do Assentamento Americana caso o Regimento Interno seja respeitado, incluindo: as áreas integralmente cobertas por vegetação nativa (Reserva Legal e Manejo Extrativista, verde escuro); as áreas de pasto no interior dos lotes, com desmate seletivo e plantio de capins exóticos (verde claro); e as áreas de cultivos, incluindo SAFs e consórcios (cor laranja).



A grande extensão do Assentamento Americana se explica exatamente pela sua proposta agroextrativista: uma vez que há pouca disponibilidade de “terras de cultura”, os usos menos intensivos da terra, como a coleta de frutas nativas e a criação do gado em áreas de vegetação nativa, aparecem como atividades fundamentais à viabilidade econômica. Tais atividades possuem uma baixa produtividade por hectare, necessitando, portanto, de uma extensão de terra maior do que a que seria esperada para áreas cultivadas. Ademais, a concepção do Assentamento Americana prevê o crescimento das famílias, possibilitando aos filhos formar suas famílias e construir suas casas nos lotes dos pais, sem que isso gere uma perda de espaço significativa em cada lote.

O Assentamento conta com boa quantidade de água subterrânea. Foram implantados quatro poços artesianos, com vazão suficiente para uso doméstico das famílias. A alternativa mais sustentável para complementação

da disponibilidade hídrica tem sido a captação e armazenamento da água da chuva, por meio de cisternas de placas de cimento e estrutura de ferro, construídas por meio dos programas “1 Milhão de Cisternas” (P1MC) e “Uma Terra, Duas águas”⁶ (P1+2). As “cisternas caseiras”, de 16 mil litros, captam água do telhado para ser usada na cozinha e banheiro. Já as “cisternas calçadão” armazenam até 52 mil litros de água, que é usada para irrigação de hortas e dessedentação de animais. O “calçadão” é uma área cimentada de 200m², por onde é captada a água. É possível encher uma cisterna dessas com apenas 350mm de chuvas. Como na região do Assentamento Americana incidem de 800 a 1000mm de chuvas anuais, as cisternas calçadão podem promover uma disponibilidade de mais de cem mil litros de água por família/ano. Além disso, os calçadões podem ser usados para secagem de produtos agrícolas no período da seca.

As famílias assentadas: diversidade no campesinato

Dentre as famílias do assentamento Americana, existem origens, histórias de vida e formas de sustento diversas. Mas dentre elas há também muitos laços: de origem, de parentesco, de trabalho, de interconhecimento. Até 2014, haviam 58 famílias legitimadas, 11 não legitimados e 7 lotes desocupados no assentamento Americana. Esta situação, contudo, é dinâmica, visto que o Assentamento, e a efetivação das políticas para sua implantação, como o Crédito Habitação, são recentes. Assim, as famílias não legitimadas, e mesmo algumas legitimadas, ainda se encontram em situação instável em relação a morar ou não no lote. Acrescenta-se ainda a dinâmica própria das comunidades rurais brasileiras, nas quais as famílias vivem quase sempre sob o dilema “ficar ou migrar”. A maior parte dos assentados é oriunda da própria região, sendo que alguns são “nascidos e criados no Gerais” e se auto-identificam como Geraizeiros. Outros vêm de localidades cujo ambiente predominante é de Caatinga, mas também compartilham conhecimentos sobre a agrobiodiversidade da região. Há ainda os que moraram em lugares diversos ao longo da vida, sendo que alguns passaram boa parte da vida em ambiente urbano.

A maior parte das famílias do assentamento Americana tem, como atividade principal, o trabalho em seus lotes: cultivos, criações e serviços domésticos. Geralmente, o objetivo central desse trabalho é a auto-

suficiência, ou seja, evitar pagar por aquilo que se pode produzir e fazer. A produção no lote está entre as três atividades mais importantes para o sustento da maior parte das famílias do assentamento, revelando uma forte conexão destas com a terra. Todas as famílias buscam, também, formas de obter renda monetária. A prestação de serviços no próprio assentamento e em seu entorno, em obras civis ou em trabalhos agrícolas informais é a forma de obtenção de renda mais comumente encontrada, havendo um número reduzido de jovens que trabalham para as empresas de eucalipto.

Uma parte expressiva das famílias tem, na comercialização de produtos agropecuários, uma das atividades econômicas principais. Tem maior peso a venda informal do que a formal. A venda de frutas *in natura*, óleos e doce é feita em feiras livres (especialmente a de Grão Mogol), diretamente aos consumidores, na beira da estrada, na porta dos produtores ou sob encomenda. A comercialização no mercado formal se dá, na maioria dos casos, via Cooperativa Grande Sertão (empreendimento criado no bojo do trabalho do CAA-NM no Norte de Minas). Calcula-se que, entre 2002 e 2010, somente a comercialização de frutas nativas via Cooperativa gerou cerca de vinte mil reais para doze famílias do Assentamento. Este valor ainda está muito aquém do potencial de geração de renda pelo extrativismo, pois são enfrentadas dificuldades relacionadas, principalmente, ao transporte, e o esforço de coleta ainda atinge uma porcentagem muito pequena dos recursos disponíveis. Com a progressão do plantio de espécies frutíferas (nativas e exóticas), o adensamento das áreas de coleta, a diminuição das áreas de extrativismo em outras partes da região e a progressiva divulgação das qualidades e benefícios do consumo de produtos da biodiversidade nativa, espera-se que o aproveitamento de espécies nativas seja uma atividade cada vez mais importante às famílias do Assentamento.

Muitas famílias têm ainda o costume de trocar dias de serviço, e em situações específicas, trabalhar em mutirão. Estas relações de trabalho reforçam os laços de solidariedade entre as famílias, e impactam de maneira positiva na produção e nas economias domésticas. O programa Bolsa Família está entre as três fontes de renda mais importantes para uma parte expressiva das famílias, assim como as aposentadorias e outros benefícios do governo, como o auxílio-saúde.

Algumas famílias têm produzido carvão como forma de aproveitar a lenha que sobra dos desmates feitos para abertura de pastos. A justificativa utilizada pela maioria dos assentados é que a produção de carvão é tão somente para aproveitar a lenha que, de outra forma, seria perdida

⁶ Mais detalhes na página da ASA – Articulação do Semi-Árido: www.asabrasil.org.br.

“apodrecendo” nos pastos. Alguns assentados relatam que esta atividade não tem sido vantajosa, pois o preço tem caído muito. Além disso, o trabalho nos fornos é fatigante, penoso e insalubre. Muitos declaram ter consciência de que não há perspectiva de “viver de carvão”, pois o plantio industrial de eucalipto está além de suas possibilidades (financeiras e técnicas), e a madeira do Cerrado logo diminuirá, inviabilizando o carvoejamento no longo prazo. Dessa forma, é importante que as roças e criações, o extrativismo e a comercialização de produtos agropecuários sejam reconhecidos como atividades economicamente mais vantajosas do que a produção de carvão.

A diversidade de situações vivenciada por cada família, nas diferentes localidades dentro do Assentamento, reflete a diversidade de estratégias de sobrevivência típicas do campesinato. Em geral, a produção para auto-suficiência e a comercialização dos excedentes são prioritárias, porém, a prestação de serviços remunerados e, mais recentemente, os auxílios governamentais, têm assumido importância crescente.

Visando adquirir uma maior autonomia para trabalhar com a Agroecologia e o Agroextrativismo, as famílias vinculadas ao CAA-NM e a Cooperativa Grande Sertão fundaram o Grupo Agroextrativista do Cerrado (GAC), que está composto hoje por doze⁷ famílias do Assentamento e vizinhas a este. O conhecimento destas famílias vem contribuindo para o desenvolvimento do próprio trabalho do CAA-NM e da Cooperativa Grande Sertão. O trabalho agroecológico e extrativista desenvolvido por estas famílias vem se tornando uma referência nacional e até mesmo internacional, recebendo visitas de profissionais, pesquisadores e ativistas de diferentes partes do Brasil e do mundo. O trabalho do GAC já chamou a atenção até de veículos da grande mídia, resultando, por exemplo, em reportagens do Globo Rural. Os membros do GAC adquiriram, em 2012, os selos de duas certificadoras, o Instituto Biodinâmico (para produtores orgânicos) e da FLO-CERT (para produtores do Comércio Justo), por meio do processo de certificação da Cooperativa Grande Sertão, da qual são cooperados.

O GAC já recebeu apoio de diversas organizações: Fundação Banco do Brasil (FBB), Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco, Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos – ISPN/GEF/PNUD/Comissão Européia), Fundação Luterana de Diaconia (FLD)

⁷ O número de famílias associadas ao Grupo Agroextrativista do Cerrado pode variar ao longo do tempo, pois famílias associadas podem se desligar, enquanto outras de fora podem se associar. O Grupo também está aberto para a associação de famílias que vivem no entorno do Assentamento.

e Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). Estes apoios são oferecidos através de projetos e editais, resultando em doações para diferentes atividades ligadas ao manejo e produção agroecológica e extrativista, beneficiamento e comercialização. A maior parte dos recursos doados nos anos recentes destinou-se à construção da Unidade Multiuso de Processamento de Frutos do Cerrado, com o objetivo de incrementar e profissionalizar o beneficiamento e a comercialização de produtos, onde se pretende produzir fitoterápicos, óleos, doces, além de farinha, rapadura e açúcar mascavo. Pretende-se, assim, aumentar a geração de renda e as oportunidades de trabalho às famílias do assentamento e, ao mesmo tempo, valorizar ainda mais a biodiversidade e a agrobiodiversidade local.

Práticas agrícolas e agrobiodiversidade no Assentamento Americana

Foi realizado um levantamento das práticas agrícolas, das criações e dos principais cultivos do Assentamento Americana.

Existem no Assentamento ao menos 20 variedades de mandioca (*Manihot esculenta*). Uma das variedades que chama atenção é a “mandioca sete anos”, de porte arbóreo e cuja raiz é aproveitada para goma. É comum a produção de farinha “na meia”, onde uma família (que possua uma casa de farinha) produz utilizando mandioca plantada por diferentes agricultores. Ao final, cada fornecedor tem direito à metade da farinha produzida com a matéria-prima que forneceu, ficando a outra metade com aquele que produziu a farinha. A maior parte dos assentados é auto-suficiente em mandioca e farinha, sendo que alguns vendem na feira livre de Grão Mogol. A cana (*Saccharum spp.*) é também um item de grande tradição no Norte de Minas, usada na produção de rapadura, açúcar, garapa e doces, e também na alimentação animal. Assim como a farinha, a produção de rapadura em geral se dá na “meia”, estreitando laços de reciprocidade entre as famílias do assentamento.

Existem no assentamento cerca de 10 variedades de milho (*Zea mays*), porém a fertilidade dos solos e a quantidade de chuvas no assentamento Americana têm sido pequenas para sustentar uma boa produção, tornando a maior parte das famílias dependentes da aquisição no mercado. Alguns assentados têm conseguido bons resultados na produção de soja (*Glycine max*), que se mostra mais resistente à seca e é uma excelente fonte de

proteínas para os animais, podendo ser uma alternativa ao milho.

A maior parte das famílias do assentamento é auto-suficiente na produção de feijão para o consumo. O feijão-de-arraque (*Phaseolus vulgaris*) é o mais cultivado para consumo humano, sendo as principais variedades adotadas no assentamento o carioca, rosinha, roxinho, cachinho e tomba-milho. O feijão-catador (*Vigna unguiculata*) possui um número menor de variedades, mas também é cultivado pela maioria das famílias. Outra leguminosa adotada pela maioria das famílias é a fava (*Vicia faba*), chamada também de “feijoa”, e utilizada na alimentação humana e animal. Já o feijão-guandu (*Cajanus cajan*) tem grande importância na alimentação humana e animal, além de ser o principal adubo verde utilizado no assentamento, onde existem cerca de 15 variedades. É considerado um investimento seguro, pois é resistente à seca e melhora a qualidade do solo. Em geral, a produção serve à auto-suficiência, sendo que algumas famílias chegam a vendê-lo na feira livre de Grão Mogol.

O abacaxi (*Ananas cosmosus*) tem sido o principal cultivo de valor comercial no Assentamento, por ser resistente à seca e aos solos ácidos e por ter boa saída nos mercados da região. Calcula-se que já foram plantadas cerca de 100 mil mudas por ao menos 26 assentados. Alguns já chamam uma variedade de abacaxi de “Boa Vista”, tendo sido desenvolvida no próprio Assentamento. A abóbora (*Cucurbita* sp.) também tem grande importância na alimentação humana e animal (principalmente porcos), sendo encontradas no Assentamento Americana cerca de 15 variedades. Alguns assentados vendem abóbora na feira livre de Grão Mogol.

Muitas variedades crioulas do Norte de Minas se perderam nas últimas décadas, conforme atestam alguns estudos (DAYRELL, 1998; RIBEIRO, 2005). Algumas famílias costumam armazenar sementes visando garantir o próximo plantio, e vários assentados relataram intercâmbio de sementes entre as famílias, o que indica uma relação de solidariedade e um papel de “guardiões da agrobiodiversidade”. Está sendo construído, no assentamento, um local para servir como banco de sementes, para possibilitar o armazenamento adequado de diferentes variedades.

Os sistemas agroflorestais (SAFs) ou, simplesmente, agroflorestas, são cultivos nos quais se mistura diferentes espécies, incluindo espécies arbóreas. No Assentamento Americana, os SAFs estão presentes nos quintais, nas áreas de tabuleiro e de baixada. Em geral, o SAF é iniciado com a “faxina”, ou seja, a retirada da vegetação “fina” do meio do Cerrado e a introdução de cultivos entre as árvores maiores. Nos SAFs,

são realizados consórcios entre diferentes espécies, mas alguns consórcios também ocorrem sem incluir espécies arbóreas. Diferentes agricultores do Grupo Agroextrativista dão seus depoimentos sobre os SAFs:

É agricultura e floresta. Se você vai abrir uma área pra plantar, você não vai tirar toda a vegetação que tem, vai deixar um pouco da floresta que tem, vai plantar no meio. Além de plantarmos diversificado, preservamos parte da floresta.

É uma forma de a gente poder trabalhar a agricultura e consorciar com a floresta. E, quando tem sombra no meio da roça, a gente cansa menos. Não tem uma receita pronta, você constrói de acordo com o ambiente. Todo mundo pode ter uma agrofloresta.

Os agricultores e agricultoras do GAC apontam algumas vantagens do trabalho nos SAFs: o agroecossistema fica mais equilibrado, com menor incidência de pragas; o solo fica mais fértil, e menos suscetível à erosão; o sombreamento “seguro” a proliferação de plantas espontâneas, diminuindo a necessidade de capinas; o trabalho na roça – plantio, capina, colheita – é menos cansativo, pois há mais sombra e o ar é mais fresco; é possível produzir, em um mesmo espaço, diversas coisas – grãos, frutas, lenha, madeiras, plantas medicinais; e a presença de árvores permite uma melhor infiltração da água da chuva no solo, contribuindo para a recuperação dos recursos hídricos locais. As “roças Geraizeiras” são, tradicionalmente, misturadas. Mesmo assim, com o apoio técnico do CAA-NM, alguns agricultores do Norte de Minas vêm tendo a oportunidade de aperfeiçoar seus sistemas de plantio consorciado.

Vale destacar a importância das plantas leguminosas (família Fabaceae) nos consórcios e SAFs. Através de uma simbiose com as bactérias do gênero *Rhizobium*, que se associam às suas raízes, estas plantas têm a capacidade de fixar nitrogênio no solo, disponibilizando-o às outras plantas. Em geral, as leguminosas se adaptam aos solos mais pobres, ajudando em sua fertilização. Por isso, são chamadas de “adubo verde”, e podem ser utilizadas na maioria dos consórcios. A leguminosa mais utilizada no Assentamento Americana é o andu, mas outras também são importantes ou têm bom potencial: feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis*), crotalária (*Crotalaria* sp.), mucuna (*Mucuna* sp.), fava (*Vicia faba*), soja e diversos tipos de feijão.

Na dinâmica de trabalho nos SAFs, há também o momento de abertura das áreas, por meio de podas, para diminuir o sombreamento e permitir

a incidência do sol em cultivos mais exigentes em luz, como milho, mandioca e feijão. Mesmo assim, esses cultivos também são consorciados. “*O que define é o espaçamento*”, diz um membro do GAC. Os principais consórcios que estão sendo utilizados pelos assentados são milho com feijão e abacaxi com andu e mandioca.

O consórcio entre milho e feijão é o mais comum no Assentamento Americana. Há até mesmo uma variedade de feijão chamada “*tombamilho*”, que é plantado ao pé do milho, e o derruba quando ele está seco. O milho também é consorciado com a soja, a fava, o andu, a mandioca e com a braquiária nova. Já o feijão às vezes é plantado com cana nova, mandioca, abóbora e melancia.

O consórcio entre abacaxi, andu e mandioca apresenta várias vantagens. O andu e a mandioca fazem um pouco de sombra no abacaxi, protegendo-o do sol intenso. O abacaxi capta água de chuvas fracas e do sereno, ajudando a umedecer o solo. As raízes ocupam diferentes extratos do solo, portanto a competição por nutrientes é reduzida. Em alguns casos, o abacaxi é consorciado só com a mandioca, ou só com o andu. Um assentado atesta para a sincronia na necessidade de luz entre o abacaxi e o andu: “*quando um precisa de mais luz, o outro precisa de menos*”. Alguns agricultores consorciavam também a mandioca com o amendoim.

Outro consórcio verificado em mais de um lote é entre café, banana, urucum e andu, no qual as bananeiras, os pés de urucum (conhecido também como “*corante*”) e o andu fazem sombra nos pés de café, protegendo-os da insolação. Alguns assentados atestam para a melhor produtividade do café sombreado em relação àquele que está a pleno sol: “*Aqui na nossa região, café que não é sombreado não produz*”, diz um deles. Outras árvores plantadas junto ao café são ingá, jamelão e manga.

Diversas outras espécies são plantadas de forma misturada nos SAFs, pomares e roças: dentre as árvores frutíferas, abacate, acerola, amêndoa, ameixa, amora, atemóia, cajá, caju, carambola, cidra, fruta-pão, goiaba, graviola, jabuticaba, jamelão, laranja, lima, limão, mamão, manga, mexerica, pinha, pitanga, romã, seriguela, tamarindo, umbu, xixá; dentre as oleaginosas, algodão, amendoim, gergelim, girassol, mamona, pinhão-manso; e ainda madeiras, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais.

Vale destacar ainda o papel que algumas espécies nativas desempenham nos SAFs: o tingui, o pau-do-urubu e o imbiruçu, árvores comumente encontradas nas áreas de roça, possuem alta produção de biomassa, que pode ser aumentada por meio de sua poda constante. Assim, ajudam a

incorporação de matéria orgânica ao solo, fertilizando-o e retendo umidade. Outras espécies com boa produção de biomassa são a leucena (*Leucaena leucocephala*) e a gliricídia (*Gliricidia sepium*), que têm sido utilizadas por poucos assentados, mas possuem grande potencial para adubação verde, produção de forragem e lenha.

A implantação dos SAFs, junto à abundante e diversa flora nativa do assentamento, favorece também a produção de mel, que está sendo feita por alguns assentados. Um deles mencionou a intenção de introduzir, nos SAFs, espécies melíferas como a astrapéia. O assa-peixe-branco é uma das espécies melíferas nativas encontradas especialmente nas áreas de tabuleiro. A produção de mel no assentamento Americana ainda é pequena, mas seu potencial é bastante grande, podendo ainda ser conciliada com o serviço ambiental de polinização.

A implantação de SAFs no assentamento pode contribuir para uma maior agrobiodiversidade (incluindo a valorização da biodiversidade nativa) e para uma maior heterogeneidade estrutural na paisagem. Estas agroflorestas podem funcionar como corredores ecológicos para diversas espécies, e como zonas-tampão, contribuindo para a conservação da biodiversidade em escala local e mesmo em escala regional, incluindo-se aí a conectividade com o Parque Estadual de Grão Mogol.

Quase todas as famílias assentadas fazem horta, e mantêm plantas em seus quintais para ornamentação, temperos e medicinais. Em geral, a horta é o único espaço de cultivo irrigado, portanto nela é plantada, algumas vezes, variedades de cultivos das quais se tem poucas sementes, para garantir que estas sementes não serão perdidas. A horta também é o único espaço de cultivo que deve necessariamente ser adubado, em geral com esterco curtido de gado, podendo ser usado também o esterco de galinha. Normalmente, a horta é feita no tempo da seca, e, no tempo das chuvas, os canteiros são ocupados pelo plantio de abóbora. As hortas têm sido incrementadas a partir de políticas públicas como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável).

Outra prática importante dos assentados é deixar o cisco sobre o solo. O cisco é a matéria orgânica seca (folhas, restos de capina e de podas) chamada também de cobertura morta ou serapilheira. Ele contribui à qualidade do solo, pois retém umidade, protege-o contra a incidência direta de raios solares e fertiliza-o por meio da decomposição natural. A maior parte dos assentados declara que não queima o cisco, deixando-o incorporar ao solo

ou formando leiras (montes seguindo as curvas de nível); “a terra já é fraca, se colocar fogo, piora”, afirma um assentado não-GAC.

Alguns assentados têm feito experiências com alguns defensivos naturais: sete usam a urina de vaca, três usam homeopatia, e outros usam fumo, boldo, supermagro, mastruz, folha de mamona, pimenta e querobão. Nenhum dos assentados declarou utilizar agroquímicos. Isso se explica, em grande medida, pelo limitado acesso a estes produtos, devido à falta de recursos financeiros e à dificuldade no transporte. Foram relatados ataques de cupins e formigas, além de doenças de plantas, que, até o momento, não foram solucionados – para estes casos, os assentados aguardam orientação técnica. Até março de 2012, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial do assentamento Americana era responsabilidade da EMATER, tendo sido assumida desde então pelo CAA-NM. Importante mencionar também o apoio técnico oferecido aos assentados pelo Instituto de Ciências Agrárias da UFMG através do projeto “Controle fitossanitário alternativo em comunidades de pequenos produtores rurais no Norte de Minas Gerais”.

Os membros do GAC adquiriram, em 2012, o certificado do Instituto Biodinâmico (IBD), junto à Cooperativa Grande Sertão. Com esta certificação, será possível acessar novos mercados e obter melhores preços por seus produtos. Os Programas de Aquisição de Alimentos e de Alimentação Escolar (PAA e PNAE), por exemplo, pagam 30% a mais a produtores com certificação orgânica.

Aproveitamento da biodiversidade nativa: o extrativismo sustentável no Assentamento Americana

As espécies da flora nativa são fundamentais na estratégia produtiva do assentamento Americana, sendo aproveitadas na forma de alimentos, remédios, madeira e utilitários. Elas contribuem: à geração de renda pela comercialização de algumas espécies; à segurança alimentar das famílias, por meio do consumo direto de diversas frutas; à segurança medicinal, através de inúmeras espécies fitoterápicas; à segurança energética, por meio da lenha utilizada nas cozinhas do assentamento; à alimentação dos animais, através de capins e outras forragens; ao equilíbrio dos agroecossistemas, por meio do controle de pragas, da fertilização do solo, da retenção de umidade e da amenização de condições climáticas adversas

(geadas, insolação, temporais, ventanias).

As frutas que têm sido exploradas comercialmente estão listadas na Tabela 1. Estas espécies são valorizadas para consumo e para venda, o que tem estimulado seu manejo e plantio no Assentamento – mais de mil mudas e sementes de espécies nativas já foram plantadas pelo GAC, nas roças e quintais, muitas vezes em consórcio com outras plantas.

Tabela 1. Espécies nativas utilizadas comercialmente pelas famílias do Assentamento Americana. Fonte: dados da pesquisa.

Nome	Nome científico e família	Produto
Araçá	<i>Psidium araca</i> Raddi (Myrtaceae)	Doce, polpa congelada
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i> DC. (Myrtaceae)	Polpa congelada
Coquinho-	<i>Butia capitata</i> (Mart.) Beccari (Arecaceae)	<i>In natura</i> , polpa
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gomez (Apocynaceae)	Polpa congelada
Maracujá	<i>Passiflora cincinnata</i> Mart. (Passifloraceae)	Polpa congelada
Panã	<i>Annona crassiflora</i> Mart. (Annonaceae)	<i>In natura</i> , polpa
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb. (Caryocaraceae)	<i>In natura</i> , óleo, mudas
Rufão	<i>Tontelea micrantha</i> (Mart. ex Schult.) A.C. Smith. (Celastraceae/Hippocrateaceae)	Óleo

Dentre as espécies nativas utilizadas no assentamento Americana, destaque maior deve ser dado ao pequi (*Caryocar brasiliense*). Chamado também de “o Rei do Cerrado”, sua importância alimentar, econômica e cultural se espalha por praticamente todo o grande território do bioma. No assentamento Americana, o pequi é explorado por meio da produção de óleo, da venda *in natura* e do consumo direto. Entre 2002 e 2010, a venda de óleo de pequi gerou cerca de R\$ 3.500,00 aos membros do Grupo Agroextrativista. Os membros do GAC muitas vezes organizam mutirões para a coleta do pequi. Duas famílias do Assentamento, que não fazem parte do GAC, já arrecadaram, respectivamente, R\$ 1.200,00 e R\$ 2.000,00 em uma só safra, vendendo pequi *in natura*, na beira da estrada que corta o Assentamento e em feiras livres e a compradores que vêm ao assentamento. As próprias mudas do pequi estão sendo comercializadas – um agricultor do GAC já vendeu aproximadamente cem mudas, obtendo cerca de mil reais. A demanda por estas mudas tem sido cada vez maior, possibilitando assim uma renda adicional aos agricultores que as estão produzindo, e multiplicando benefícios ambientais na região. Nos lotes do Grupo, mudas de pequi têm sido

plantadas e cuidadas – até 2010, cerca de 270 foram plantadas, com sobrevivência de mais da metade.

O coquinho-azedo (*Butia capitata*) é uma das frutas nativas mais apreciadas no Norte de Minas, principalmente na forma de suco. A palmeira, que atinge a altura máxima de quatro metros, possui grande potencial como espécie ornamental, e, segundo alguns assentados, também tem propriedades medicinais. No Assentamento Americana, a população de coquinho é relativamente pequena, e os pés estão esparsos. As mulheres do GAC inovaram misturando a polpa do coquinho ao iogurte produzido por elas, resultando em um “iogurte caseiro aromatizado” de excelente qualidade.

Dentre as espécies nativas de valor comercial, o coquinho-azedo é talvez a que requer mais cuidados no manejo, pois, além de sua população no Assentamento ser pequena, suas flores e frutos são apreciados pelo gado, exigindo o apartamento destes animais na época de sua floração e frutificação. Os membros do GAC que compartilham uma área de Manejo Extrativista para solta de gado, entre a Boa Vista e a Garça, mencionam a possibilidade de cercar uma área onde ocorre um maior adensamento de coquinho-azedo, para proteger os espécimes do pastoreio. O coquinho-azedo foi, até 2010, a espécie nativa mais plantada pelas famílias do GAC – cerca de 410 mudas, e com a melhor taxa de sobrevivência (mais de 70%). Embora cada pé demore cerca de oito anos para começar a produzir, espera-se um aumento significativo da produção de coquinho-azedo no Assentamento em um futuro próximo. Os pés de coquinho costumam ocorrer entre os sopés das áreas de tabuleiro e as bordas das áreas de baixada.

O rufão (*Tontelea micranta*) é a espécie extrativista que mais tem gerado renda no assentamento Americana, por meio da venda de seu óleo: cerca de R\$ 10 mil, entre 2002 e 2010, para oito das famílias assentadas. De suas sementes se extrai um óleo de grande valor medicinal: cicatrizante, ajuda na cura de reumatismos e de problemas do aparelho digestivo, além de várias outras propriedades – como costumam dizer os Geraizeiros, o óleo do rufão “serve pra tudo que se imaginar!”. Cada litro chega a ser vendido a R\$ 250,00, e a procura tem sido grande, toda ela no mercado informal. A polpa do fruto pode ser comida *in natura*, e é apreciada também pelo gado e por animais como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) – é comum, no Assentamento, encontrarmos fezes desse animal com sementes do rufão. Alguns

membros do GAC já estão produzindo mudas do rufão, para plantar próximo às casas, pois a maioria dos pés se concentra nas chapadas das áreas de Reserva Legal e de Manejo Extrativista. A maior parte dos assentados afirma coletar o rufão, seja para comer ou para tirar o óleo, para uso próprio ou para venda. Foi mencionado também o uso medicinal de sua raiz.

O panã (*Annona crassiflora*), conhecido também como araticum, é outra fruta nativa bastante apreciada pelo povo do Gerais. Cerca de 1,6 ton de panã foi entregue à Cooperativa Grande Sertão entre 2002 e 2010. A polpa do panã também tem sido utilizada na produção de iogurte caseiro aromatizado. Algumas famílias vendem o panã *in natura*, na feira de Grão Mogol ou na beira da estrada. Cerca de 120 mudas de panã foram plantadas por membros do GAC, com uma taxa de sobrevivência de quase 60%.

Existem no assentamento Americana diferentes espécies de maracujás nativos (*Passiflora* sp.), sendo *P. cincinnata* a mais comum. Cinco famílias do GAC costumam vender para a Cooperativa Grande Sertão, que produz sua polpa congelada. O maracujá-nativo se multiplica rapidamente, em especial nas áreas de baixada, e, além do valor alimentício, possui grande potencial ornamental.

O araçá (*Psidium araca*) é frequente nas áreas de baixada, em especial na Boa Vista. O araçazeiro se multiplica rapidamente pelas raízes (propagação vegetativa); o manejo, portanto, consiste na realização de podas, para potencializar a produção de frutos dos pés. De 2005 a 2010, os assentados do Grupo Agroextrativista forneceram cerca de 4 toneladas de araçá para a Cooperativa Grande Sertão, o que gerou uma renda de quase R\$ 2,5 mil. As mulheres do Grupo têm feito doces de araçá em barra, conquistando muitos apreciadores e gerando uma renda adicional de cerca de R\$ 1.000,00 entre 2006 e 2010.

A cagaita (*Eugenia dysenterica*) é uma fruta suculenta, da qual pode ser feito suco, sendo também processada e vendida na forma de polpa congelada pela Cooperativa Grande Sertão. Entre 2002 e 2010, quatro membros do GAC coletaram cerca de 1260kg da fruta. A safra da cagaita é muito sensível à irregularidade das chuvas – no assentamento Americana, de 2007 a 2011 não houve um período de frutificação que viabilizasse uma coleta em maior escala.

Das frutas fornecidas à Cooperativa Grande Sertão, a mangaba é a que ocorre em menor quantidade no assentamento – a maior concentração de mangaba identificada pelos membros do GAC corresponde a somente

12 pés, em Área de Manejo Extrativista entre a Boa Vista e a Branca, próxima à sede da Associação do Assentamento. Diversas outras espécies frutíferas nativas são aproveitadas no Assentamento, ainda em pequena escala, mas com potencial para adquirirem valor comercial. É o caso da fruta-de-leite (*Pouteria torta*), jatobá (*Hymenaea stagnocarpa*), murici (*Byrsonima coccolobifolia*), cajuzinho (*Anacardium* sp.) e coco-católé (*Attalea geraensis*).

Sabe-se que o Cerrado é uma verdadeira “farmácia viva”, e centenas de suas espécies vegetais têm propriedades fitoterápicas. As famílias do Assentamento Americana utilizam plantas medicinais nativas para tratar diversas enfermidades, sendo que alguns assentados são raizeiros, e produzem garrafadas, xaropes, pomadas, tinturas e chás. Vários assentados já passaram também por cursos relacionados ao tema, dessa forma podendo aperfeiçoar o uso e manejo das plantas medicinais. O GAC dispõe de uma “farmacinha comunitária”, que consiste em uma estrutura básica de produção e armazenamento de fitoterápicos, e onde se encontra cerca de 40 tipos de remédio. Diversas pessoas do Assentamento e da região já receberam o atendimento dos raizeiros do Grupo. Dentre as plantas mencionadas pelos assentados, destaca-se: unha d’anta, barbatimão, arnica, pacari, salva-vida, rufão, quina-de-papagaio, pau-terra, amarelinha, canguçu, cervejinha, dom-Bernardo, pau-fede, sapé, tibórnia, violeiro. Algumas destas plantas são usadas também para o tratamento de animais domésticos.

Dentre as espécies madeireiras encontradas no Assentamento Americana, algumas são consideradas de excelente qualidade: aroeira, imbiruçu-paulista, jacarandá, jatobá, mussambé, pau-fede, pau-terra, pequi, sucupira, unha-d’anta, vinhático. Algumas dessas espécies possuem outros usos prioritários (alimentação, medicina), portanto sua madeira só deverá ser usada quando secar naturalmente, ou quando houver necessidade de corte por outro motivo. Algumas delas já estão sendo plantadas, como a aroeira. Outras são naturalmente abundantes no Assentamento, e estão sendo manejadas, como sucupira e pau-terra. Pretende-se ainda introduzir espécies exóticas de crescimento mais rápido, como canafístula, cedro e eucalipto, preferencialmente em sistemas consorciados. Alguns membros do GAC vêm estabelecendo sistemas produtivos que incluem o plantio e manejo de espécies madeireiras exóticas e nativas, como forma de garantir provisão de madeira para construções, cercas etc.

A disponibilidade de lenha no Assentamento é bastante alta,

oriunda do secamento natural de galhos e árvores, da poda de árvores e da retirada de árvores para cultivos e pastos. As famílias assentadas não demonstram preocupação quanto à provisão de lenha para uso doméstico. Somente membros do GAC afirmam que, apesar da atual abundância de lenha dentro dos lotes e das áreas coletivas, é importante haver manejo e plantios para garantir este suprimento, já que há a perspectiva de aumentar o consumo com o incremento da produção de biscoito, rapadura e farinha, atividades que consomem muita lenha. Estes agricultores mencionaram algumas árvores e arbustos que possuem crescimento rápido e ciclo curto, e produzem lenha de boa qualidade: acácia, cura-olho, lombrigueiro, murici, santa-bárbara. Há ainda o carvoeiro (*Sclerolobium aureum*), tradicionalmente usado para lenha e carvão.

Gado, outras criações e animais silvestres no Assentamento Americana

A proposta do Assentamento Americana tem, no gado, componente central para a ocupação da paisagem e manejo do Cerrado. Excluindo-se as áreas de Reserva Legal (24,46% do Assentamento), baixadas e tabuleiros (cerca de 10%), mata seca (8%) e áreas de lagoas e afloramentos rochosos (3,3%), restam cerca de 54% de áreas de chapada, cobertas com vegetação campestre, em especial cerrado *sensu strictu* e cerrado ralo (MACIEL, CARVALHO, 2009). Cerca de 70% de cada lote, mais os 42% de Área de Manejo Extrativista, compõem esta grande área de campos naturais, que corresponde a quase dez mil hectares. A produção de cultivos agrícolas é difícil nestas áreas, devido à acidez dos solos. Por isso elas são destinadas ao extrativismo e à solta do gado, visando transformar o Cerrado nativo em fonte de renda e segurança alimentar.

A proposta de manejo de gado contida no PDA do Americana procura considerar diversos aspectos, como: densidade de cabeças por hectare, rotatividade de pastagens, aproveitamento dos pastos nativos, especificidades do ecossistema, raça do plantel. Desta forma, busca conciliar a presença deste importante componente no modo de vida camponês com a conservação da biodiversidade nativa. Tal proposta se baseia na pecuária tradicional dos “Geraizeiros” aliada a técnicas de manejo fundadas na agroecologia. Ela inclui as áreas de manejo extrativista e as áreas de chapada no interior dos lotes, prevendo a ausência de corte

raso, a não-introdução de capins exóticos e também o adensamento de espécies nativas úteis por meio do plantio. O gado predominante na região, chamado de pé-duro ou curraleiro, que são variedades mestiças nas quais a presença genética do Nelore é significativa, apesar de apresentar baixa produtividade, tem grande resistência e adaptação às condições climáticas e ambientais locais. No Assentamento Americana, há ainda criações de outros animais domésticos: galinhas, porcos, eqüinos, caprinos, abelhas (*Apis mellifera*).

Por ter grande parte da sua área coberta com vegetação nativa, o Assentamento Americana abriga muitas espécies de animais silvestres. Das espécies animais encontradas no Assentamento, o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) e o pássaro azulinho (*Porphyrospiza caerulescens*) são tidos como “quase ameaçados”, enquanto os pássaros capacetinho-do-oco-de-pau (*Poospiza cinerea*) e bico-virado-da-caatinga (*Megaxenops parnaguae*) são considerados “vulneráveis”, segundo a Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas.

A presença do lobo-guará foi relatada por ao menos 27 assentados, e a mesma pode ser comprovada por meio de filmagem feita por um técnico do CAA-NM junto a um assentado. Foi identificado que o lobo-guará se alimenta de frutos do rufão, pois as sementes desta espécie são encontradas em suas fezes; é possível que o animal seja um dispersor desta planta. Há também no Assentamento densidade significativa de alimentos para o lobo-guará, como a lobeira (*Solanum lycocarpum*), cujo fruto é um dos principais itens de sua dieta, e da pinha-do-guará (*Duguetia fufuracea*). Espera-se que a área do Assentamento, somada às áreas preservadas do entorno, possa contribuir para a conservação da espécie na região.

Foi identificado que alguns animais nativos presentes no Assentamento Americana se alimentam das plantações. Na maioria dos casos, estes animais não chegam a causar prejuízo, e diferentes declarações de agricultores e agricultoras demonstram sua tolerância: “a gente planta não é só pra gente”; “não ligo, eles não têm braço pra trabalhar”; “não trabalha, tem que comer mesmo”; “os bichinhos estão com fome”; “eles estão precisando”; “eles têm direito”; “eu divido o pão”; “eu planto é muito, o que sobrar...”. O Assentamento Americana pode ser pensado como locus de reprodução e trânsito de diversas espécies de animais silvestres, onde sejam integrados os conceitos de paisagem (corredores, fluxo gênico) com o de manejo (conservação, uso direto e indireto de determinadas espécies).

Considerações finais

O bioma Cerrado e a região Norte de Minas vêm sofrendo grandes impactos nas últimas décadas: assoreamento de rios, secamento de nascentes, perda da biodiversidade, compactação dos solos, desertificação. O plantio de monoculturas, bem como outras intervenções de larga escala – barragens, mineração, grandes desmates para produção de carvão – são visivelmente insustentáveis, pois causam a degradação dos recursos naturais sem sua recomposição. Os principais prejudicados por tais impactos são as populações camponesas que dependem da integridade dos ecossistemas para produzir e viver. Os camponeses do Norte de Minas têm uma história secular de convivência nos ecossistemas da região, e, portanto, guardam elementos capazes de potencializar formas sustentáveis de ocupação e manejo das paisagens e territórios. Os camponeses do Cerrado norte-mineiro, identificados como “Geraizeiros”, possuem práticas produtivas e formas de ocupação da paisagem que levam em consideração as potencialidades e limitações de cada ambiente, facilitando a sustentabilidade das atividades aí desenvolvidas.

O Assentamento Agroextrativista Americana foi concebido com base nos princípios da agroecologia e do modo de vida tradicional geraizeiro, donde se destacam o extrativismo e a pecuária. Além de tais princípios serem considerados adequados para a conciliação entre produção, qualidade de vida e preservação ambiental, existe também a intenção, prevista em seu PDA, de tornar o Assentamento Americana uma referência, ou um modelo, para a ocupação dos ecossistemas do Cerrado (CAA-NM, UFMG, 2002). O Assentamento Americana é uma proposta de reforma agrária no Cerrado que se alicerça no contexto específico da região, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, social e econômico. Busca conciliar a geração de benefícios sociais e econômicos com a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos serviços ambientais. Dentre as famílias assentadas, um grupo se destaca na dedicação à proposta original do Assentamento, se organizando em torno da OSCIP Grupo Agroextrativista do Cerrado.

Assim, foram identificados, no estudo da experiência do Assentamento Americana, elementos que contribuem ao debate sobre campesinato e Agroecologia no Cerrado. A origem da família assentada, incluindo sua tradição cultural e sua formação política,

influencia diretamente na adoção de práticas agroecológicas e na ênfase no manejo extrativista. Neste caso, considera-se que a formação política – vinculada, originalmente, às CEBs e, mais recentemente, aos STRs e ao CAA-NM – tem maior peso do que a tradição cultural, visto que muitos “Catingueiros de origem” adotaram as práticas agrícolas Geraizeiras por vínculo ao movimento político agroecológico, ao passo que muitas famílias oriundas de áreas de Gerais não aderem às práticas agroecológicas.

Foram ainda identificados elementos nas práticas agropecuárias e extrativistas desenvolvidas pelas famílias assentadas que podem contribuir no debate e desenvolvimento de práticas de manejo do Cerrado. O alto nível de agrobiodiversidade, o estabelecimento de sistemas agroflorestais (SAFs), a adoção de faixas de vegetação nativa no meio dos cultivos e pastos e o manejo pecuário que inclui áreas de vegetação nativa são práticas que tendem a conciliar produção e conservação da biodiversidade. Contudo, devem ser realizadas pesquisas ecológicas e agrônômicas de longo prazo para que os efeitos positivos de tais práticas sejam averiguados, podendo assim ser aperfeiçoados.

Figura 5. Sistema agroflorestal do Assentamento Americana, onde se vê plantio de abacaxi em meio ao Cerrado nativo e outros cultivos.



Referências

BRASIL. Constituição (1987). Portaria nº n.627, de 30 de julho de 1987. **Cria Modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.**: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

CAA-NM; UFMG. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Americana. Montes Claros:** Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, 99p.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais:** la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Dissertação de mestrado, Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 1998, *mimeo*.

DAYRELL, C. A.; L., A. **Fazenda Americana:** Estudo de Viabilidade e Propostas de Assentamento Rural. Montes Claros: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional 06. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 1999, 15p.

DAYRELL, C. A.; SANTA ROSA, H. Narrando o enredamento das populações do sertão norte-mineiro e do CAA: uma trajetória de 20 anos. **Revista Verde Grande**, v.1, n.3, 2006, p.52-73.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 - Minas Gerais.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. http://www.ibge.gov.br/estadosat/download/mg_censoagro.csv

MACIEL, L. M. M.; CARVALHO, A. P. F. Mapa de adequação de uso das terras como subsídio à elaboração de trabalhos de gestão ambiental em projetos de assentamento, estudo de caso PA Americana, município de Grão Mogol-MG. **Espaço & Geografia**, v.12, n. 2, 2009, 243:269.

MAZZETTO-SILVA, C. E. Ordenamento territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.19, jan/jun. 2009, p.89-109.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora:** identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2009, 233p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C DAYRELL, C.. **Cerrado e desenvolvimento:** tradição e atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2000, p.19-46.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão:** o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 480p.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DA EXPANSÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DA EDUCAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO ESTADO

Rosângela Pereira de Oliveira¹
Ilma Ferreira Machado²

Resumo: Este artigo pretende discorrer sobre práticas educativas na educação do campo por meio da Pedagogia da Alternância no Estado do Espírito Santo. O estudo se pautou em metodologia de pesquisa qualitativa e na técnica da análise documental e da observação da prática pedagógica. O ponto de observação é uma escola Estadual que forma técnicos em agropecuária de forma integrada a formação em nível médio. Buscamos entender a educação como espaço de construção da participação sócio-política dos atores sociais camponeses visualizando nessas experiências o fomento à democracia e práticas educativas inovadoras. Após anos sendo relegada, compreendida como secundária, atrasada, e até mesmo desimportante, cujos conhecimentos e práticas muitas vezes foram desprezados, a educação do campo tem sido, recentemente, objeto de estudos e de políticas públicas no Brasil, apresentando práticas de resistência contra o projeto neoliberal. O Espírito Santo, influenciado pelo movimento de educação popular que nas décadas de 50 e 60 se espalhou pelo Brasil e América Latina, pode ser considerado como o nascedouro de resistências e apresenta desdobramentos contundentes principalmente por meio da assunção da Pedagogia da Alternância (PA) como uma prática educativa própria e apropriada aos povos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo, Pedagogia da Alternância.

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Aluna – IFES- Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Pedagogia da Alternância - Campus Barra de São Francisco lato sensu, Professora Ciências Humanas na Escola Municipal Comunitária Rural Pe Fulgêncio do Menino Jesus em Colatina no ES. Uma das precursoras da Pedagogia da Alternância para pela via pública no ES – ro.oliveira.clio@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina